



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

# **CLIPPING**

## **9 de novembro**

### **de 2021**

# MPMA requer providências para abrigar famílias alojadas debaixo da Ponte José Sarney

*Wallace Brito*

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, emitiu, no último dia 5 (sexta-feira), requerimento para a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) pedindo informações, de forma imediata, sobre as providências adotadas para abrigar todas as pessoas vitimadas pelo incêndio que atingiu os casebres das famílias que vivem embaixo da Ponte José Sarney, no bairro São Francisco.

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2021/11/09/RDIOMIRANTEA>  
[M600SOLUSMA-07.07.43-07.10.40-1636453457.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2021/11/09/RDIOMIRANTEA)**

# Ministério Público avança em investigação contra gestão Erlânio Xavier por suspeita de dano ao erário (Geral)

## Redação

No alvo estão contratos de assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias com a prefeitura de Igarapé Grande.

O **Ministério Público** do Maranhão vem avançando em um procedimento administrativo que apura possíveis irregularidades praticadas pela gestão Erlânio Xavier (PDT) em Igarapé Grande.

No alvo estão contratos de assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias para a realização de trabalhos técnicos ao município, celebrados na administração anterior do pedetista, em suposto desacordo com a legislação que rege a matéria. Há suspeita de dano ao erário.

As investigações preliminares foram abertas em 2017 por representação da PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça), e estão sendo conduzidas com maior celeridade pelo promotor Crystian Gonzalez Boucinhas, da Promotoria de Justiça de Igarapé Grande, que determinou o desmembramento do caso a partir de outra apuração mais ampla, envolvendo também o município de Bernardo do Mearim.

Uma série de diligências já foram adotadas no bojo do procedimento. Na mais recente, houve a remessa dos autos à Assessoria Técnica do **Ministério Público**, em São Luís, para a análise dos processos licitatórios do município de Igarapé Grande relacionados às investigações.

Para ter acesso à documentação, a Promotoria precisou requisitar por mais de uma vez os processos à prefeitura, sob o alerta de que o descumprimento poderia ensejar a prática de ato de **improbidade administrativa**, bem como de delito penal.

Procurado pelo ATUAL7, Erlânio Xavier não deu qualquer declaração a respeito do caso. Apenas enviou uma cópia de certidão eletrônica de nada consta emitida via site do **Ministério Público**. O documento mostra o resultado de uma pesquisa pelo CPF do gestor municipal nos registros eletrônicos referentes a procedimentos extrajudiciais em

tramitação no órgão.

Contudo, conforme a própria certidão, o resultado da pesquisa leva em conta somente procedimentos instaurados a partir de fevereiro de 2020, ou seja, três anos após a investigação sobre o caso já haver sido aberta pelo **Ministério Público**.

Do Atual7

**Site:** <https://meinformo.com.br/2021/11/ministerio-publico-avanca-em-investigacao-contra-gestao-erlanio-xavier-por-suspeita-de-dano-ao-erario/>

# Júnior Lourenço é achado por oficial de Justiça em evento de Josimar de Maranhãozinho (Geral)

## *Redação*

Uma cena inusitada foi registrada no último sábado (06) em Itapecuru-Mirim, durante o ato de pré-campanha do deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL).

Após meses de busca, um Oficial de Justiça conseguiu finalmente encontrar o deputado federal Júnior Lourenço (PL) para entregar a ele uma intimação.

Entretanto, apesar da saga para encontrar o parlamentar, Lourenço recusou-se a receber a intimação. Veja no vídeo acima.

Aliado de primeira hora de Josimar, Júnior Lourenço responde a várias ações na Justiça. Pelo período no qual foi prefeito de Miranda do Norte, o parlamentar foi denunciado pelo **Ministério Público** do **Maranhão** por **fraude em licitação**, peculato e organização criminosa.

**Site:** <https://meinformo.com.br/2021/11/junior-lourenco-e-achado-por-oficial-de-justica-em-evento-de-josimar-de-maranhaozinho/>

# Júnior Lourenço recebe intimação de Oficial de Justiça durante evento de Josimar de Maranhãozinho

*Janilson Silva*

O Deputado Federal Júnior Lourenço (PL) foi abordado neste sábado (06) por um Oficial de Justiça que lhe entregou uma intimação durante um evento de pré-campanha de Josimar de Maranhãozinho (PL).

O evento aconteceu no município de Itapecuru-Mirim e conforme relatos, o deputado Júnior Lourenço se recusou a receber a intimação.

Veja o vídeo:

O vídeo é curto mais acaba sendo uma cena inusitada. O oficial de Justiça estava há meses a procura do deputado federal para responder a várias ações na Justiça. Pelo período no qual foi prefeito de Miranda do Norte, o parlamentar foi denunciado pelo **Ministério Público do Maranhão** por **fraude em licitação**, peculato e organização criminosa.

**Site:** <https://ocuboblog.com/2021/11/09/junior-lourenco-recebe-intimacao-de-oficial-de-justica-durante-evento-de-josimar-de-maranhaozinho/>

# Contratos de R\$ 5,5 milhões da gestão de Felipe dos Pneus na mira do Ministério Público

O prefeito de Santa Inês, Felipe dos Pneus, está no centro de uma investigação instaurada no âmbito do **Ministério Público** por fortes indícios de irregularidades em contratos milionários de locação de veículos.

O inquérito está sob a coordenação da titular da 1ª Promotoria de Justiça de Santa Inês, Larissa Sócrates de Bastos.

Segundo as informações, a gestão de Felipe dos Pneus destinou seis contratos para a empresa M.R. S SOUZA - EPP, mais conhecida como Solução Empreendimentos, por meio de procedimentos licitatórios Pregão Presencial nº 007/2021 e Dispensa de Licitação nº 001/2021-CPL-SI. Todos para locação de veículos e firmados em 2021 com valor total de R\$ 5.531.065,00 milhões.

Larissa Bastos destacou que foi protocolada uma Representação na Ouvidoria do **Ministério Público** relatando a ocorrência de irregularidades na contratação da empresa, pois a sua sede não possui qualquer identificação.

Com base nos dados, a promotora de Justiça determinou a instauração de um Inquérito Civil contra o prefeito visando averiguar possíveis atos de **improbidade administrativa** quando da realização dos procedimentos licitatórios.

Como parte das diligências, Bastos solicitou que o presidente da Comissão Permanente de Licitação encaminhe e 10 dias a cópia integral, por meio de mídia, dos procedimentos licitatórios referentes ao Pregão Presencial nº 007/2021 e à Dispensa de Licitação nº 001/2021-CPL-SI, bem como de todos os processos de pagamento (ordem de serviço, nota de empenho, nota de liquidação, nota fiscal, comprovante de transferência bancária, etc.) decorrentes dos Contratos celebrados.

A promotora pediu ainda o envio de ofício ao Departamento de Trânsito do Estado do Maranhão a fim de que encaminhe o relatório contendo as informações acerca dos veículos registrados em nome da Prefeitura de Santa Inês.

Além disso, foi requerido a Felipe dos Pneus que encaminhe dados sobre a portaria de nomeação, termo de posse ou contrato celebrado com Talihina Rodrigues de Carvalho, Secretária Municipal de Administração; Fagner Gomes do Nascimento, Secretário Municipal de Educação; Maria Rita Bacelar Limeira, Secretária Municipal de Saúde; Larissa Cristinny Catarino Ribeiro, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, e Liliane Gatinho Viana, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal.

O prefeito terá que enviar ainda a cópia dos atos normativos que estabelecem as atribuições da Chefe de Gabinete e dos Secretários Municipais, sobretudo quanto à possibilidade de celebrar contratos administrativos como representantes do Município de Santa Inês e a listagem contendo cada um dos veículos oficiais e dos locados da Solução Empreendimentos.

A representante ministerial solicitou também a expedição de ordem de serviço ao Setor de Execução de Mandados a fim de que promova, no prazo de 03 dias úteis, vistoria in loco na sede da Solução Empreendimentos localizada na Travessa Leopoldina, nº 18, Alto do Bode, Pindaré-Mirim/MA, visando identificar se no local funciona a empresa, especificando, ainda, se o imóvel possui capacidade física para abrigar veículos como ônibus, caminhão baú, picapes, veículos de passeio (5 portas), pá carregadeira, retroescavadeira e coletores de resíduos sólidos com compactação traseira.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

**Site:**

<https://www.netoferreira.com.br/poder/2021/11/contratos-de-r-55-milhoes-da-gestao-de-felipe-dos-pneus-na-mira-do-ministerio-publico/>

# MPMA requer providências para abrigar famílias alojadas debaixo da Ponte José Sarney

*Eduardo Ericeira*

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça d e Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, emitiu, no último dia 5 (sexta-feira), requerimento para a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) pedindo informações, de forma imediata, sobre as providências adotadas para abrigar todas as pessoas vitimadas pelo incêndio que atingiu os casebres das famílias que vivem embaixo da Ponte José Sarney, no bairro São Francisco.

Ocorrido na madrugada desse mesmo dia, o incêndio de grandes proporções atingiu diretamente cerca de 25 casebres dos mais de 60 que lá existem, conforme dados divulgados pela imprensa.

No documento enviado à titular da Semcas, Rosângela Bertoldo, a promotora de justiça Márcia Lima Buhaten questionou se foi realizado o cadastramento de todas as famílias vitimadas no programa assistencial de moradia de aluguel social, bem como se foram adotados meios para a inclusão dessas famílias nos demais programas habitacionais e socioassistenciais, para lhes permitir viver em condições dignas de moradia.

A representante do **Ministério Público** também quer saber do Município de São Luís quais medidas serão tomadas para que o local não seja mais habitado, por se tratar de ambiente insalubre e inadequado para a moradia humana.

Desde 2019, o **Ministério Público** ajuizou uma ação contra o Estado e o Município de São Luís para que sejam asseguradas moradias em programas habitacionais às famílias que vivem debaixo da Ponte José Sarney. A ação, que tramita na Vara de Interesses Difusos Coletivos, com o número 0812585-34.2019.8.10.0001, está concluída para a sentença desde o dia 15 de julho de 2021, conforme termo assinado pela secretaria da unidade judicial.

Na ACP, a Promotoria de Justiça d e Defesa dos Direitos Fundamentais requereu também que fossem realizados, com a máxima prioridade, os

procedimentos administrativos específicos de identificação e cadastramento das famílias que habitam as moradias precárias.

À época do ajuizamento da ação, um laudo do Núcleo do Psicossocial do MP, após visita ao local, identificou que residiam embaixo da Ponte José Sarney 27 famílias, vivendo em barracos improvisados, dotados de mínima infraestrutura, com aproximadamente 44 moradores. Destes, foram registradas 19 crianças, quatro adolescentes, 20 jovens e adultos e um idoso.

**Site:**

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/11/mpma-quer-providencias-para-abrigar.html>

# MP-MA requer providências para abrigar famílias alojadas debaixo da Ponte José Sarney

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, emitiu, no último dia 5 (sexta-feira), requerimento para a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) pedindo informações, de forma imediata, sobre as providências adotadas para abrigar todas as pessoas vitimadas pelo incêndio que atingiu os casebres das famílias que vivem embaixo da Ponte José Sarney, no Bairro do São Francisco.

Acontecido na madrugada desse mesmo dia, o incêndio de grandes proporções atingiu diretamente cerca de 25 casebres dos mais de 60 que lá existem, conforme dados divulgados pela imprensa.

No documento enviado à titular da Semcas, Rosângela Bertoldo, a promotora de Justiça Márcia Lima Buhaten questionou se foi realizado o cadastramento de todas as famílias vitimadas no programa assistencial de moradia de aluguel social, bem como se foram adotados meios para a inclusão dessas famílias nos demais programas habitacionais e socioassistenciais, para lhes permitir viver em condições dignas de moradia.

A representante do **Ministério Público** também quer saber do município de São Luís quais medidas serão tomadas para que o local não seja mais habitado, por se tratar de ambiente insalubre e inadequado para a moradia humana.

## **Ação Civil Pública**

Desde 2019, o **Ministério Público** ajuizou uma ação contra o Estado e o município de São Luís para que sejam asseguradas moradias em programas habitacionais às famílias que vivem debaixo da Ponte José Sarney. A ação, que tramita na Vara de Interesses Difusos Coletivos, com o número 0812585-34.2019.8.10.0001, está concluída para a sentença desde o dia 15 de julho de 2021, conforme termo assinado pela secretaria da unidade judicial.

Na ACP, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais requereu também que fossem realizados, com a máxima prioridade, os

procedimentos administrativos específicos de identificação e cadastramento das famílias que habitam as moradias precárias.

À época do ajuizamento da ação, um laudo do Núcleo do Psicossocial do MP, após visita ao local, identificou que residiam, embaixo da Ponte José Sarney, 27 famílias, vivendo em barracos improvisados, dotados de mínima infraestrutura, com, aproximadamente, 44 moradores. Destes, foram registradas 19 crianças, quatro adolescentes, 20 jovens e adultos e um idoso.

(Informações do **MP-MA**)

**Site:** <http://www.blogdomarcial.com/2021/11/mp-ma-requer-providencias-para-abrigar.html>



# MP e demais órgãos de controle fiscalizam presença de crianças e adolescentes em bares e festas em São Bento e Bacurituba

*Jailson Mendes*

Em 7 de novembro, o **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) realizou operação para coibir permanência de menores de 18 anos em bares e festas, comercialização de bebidas alcólicas para estes, além de verificar regularidade e legalidade do funcionamento dos estabelecimentos nos municípios de São Bento e Bacurituba.

A ação foi coordenada pela titular da Promotoria de Justiça de São Bento, Laura Amélia Barbosa. Também participaram as Polícias Militar e Civil, a Guarda Municipal de São Bento, os Conselhos Tutelares das duas cidades e o Corpo de Bombeiros Militar da região de Pinheiro.

No município de São Bento, a operação foi realizada nos bairros Mutirão, Aeroporto, São Judas e Centro. Em Bacurituba (termo judiciário de São Bento), foram fiscalizados estabelecimentos no centro da cidade e nos povoados Ilha do Carmo e São Miguel.

Durante a ação, a Polícia Militar intensificou o policiamento ostensivo e preventivo, fazendo revistas em suspeitos. O Corpo de Bombeiros orientou donos dos estabelecimentos sobre medidas de segurança nos eventos festivos, como entrada e saída de emergência.

## PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Segundo a promotora de justiça, está em andamento um Procedimento Administrativo na Comarca de São Bento para apurar e prevenir violência sexual contra crianças e adolescentes e a permanência destes em eventos festivos impróprios nos dois municípios.

Ainda de acordo com Laura Amélia Barbosa, será realizada reunião, em data a ser definida, com proprietários de bares e promotores de eventos para discutir o cumprimento de normas de horário, classificação e segurança dos eventos, proibição de entrada de crianças e adolescentes, além da proibição de venda de bebidas alcólicas a esse público.

## PARTICIPANTES

Além da representante do **Ministério Público** e servidores da Promotoria de Justiça de São Bento, participaram da operação o delegado de Polícia Civil Marcelo Augusto Soares; o comandante da 3ª Companhia da Polícia Militar, capitão Elenilson Barros; o subcomandante do Corpo de Bombeiros Militar, major Cleiverlan Freitas; o comandante da Guarda Municipal de São Bento, Adeleno Serra, e integrantes dos Conselhos Tutelares de São Bento e de Bacurituba.

**Site:** <https://jailsonmendes.com.br/2021/11/09/mp-e-demais-orgaos-de-controle-fiscalizam-presenca-de-criancas-e-adolescentes-em-bares-e-festas-em-sao-bento-e-bacurituba/>

# Em Tuntum, prefeito contrata posto de combustível em nome da irmã e do pai por R\$ 1,7 milhão

Direcionamento de licitação escancarado na prefeitura de Tuntum, administrada por Fernando Portela Teles Pessoa, do PDT. Conforme publicação do Diário Oficial do Município - do dia 10 de março de 2021 - nos extratos de contratos nº 041/2021 e 044/2021 (cópias abaixo), a gestão municipal selou contrato com o "Posto de Combustível MG Pessoa LTDA", de nome fantasia "Posto Bianca".

Conforme apuração do Blog do Domingos Costa , a empresa está registrado sob o endereço Rodovia BR 226, s/n, Setor Povoado Placa Violão, no Centro de Tuntum; Em nome de Bianca Portela Teles Pessoa, irmã do prefeito e Miguel Silveira Pessoa, pai do gestor.

A finalidade dos contratos é aquisição de combustíveis para a frota de veículos da prefeitura pelo prazo de 12 meses; o valor do primeiro contrato é de R\$ 1.353.740,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e três mil, setecentos e quarenta reais). E o segundo é de R\$ 360.450,00 (trezentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta reais).

A prática do prefeito é claro nepotismo por meio de celebração de contratos administrativos com empresas da própria família. E pior do que isso é usa o dinheiro público que deveria servir ao povo interesses particulares violando os princípios constitucionais da moralidade administrativa, da impessoalidade e da isonomia.

- Também contratou o hotel dos pais

Em publicação anterior , o Blog do DC já tinha denunciado que usar dinheiro da prefeitura em favor da família não é novidade na gestão Fernando Pessoa. No mês de maio ele contratou 2.106 diárias do hotel "M&G Hotel" pertencente a seus pais Maria das Graças Portela Teles Pessoa e Miguel Silveira Pessoa pelo valor de R\$ 124.994,50 (cento e vinte e quatro mil e novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos) pelo prazo de 12 (doze) meses, através do Pregão Presencial nº 034/2021, resultante da Ata de Registro de Preços nº 051/2021.

Tudo isso, nas barbas dos órgãos de controle e

fiscalização de recursos públicos, a exemplo do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**) e da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor).

- ABAIXO EXTRATO DO CONTRATO E CNPJ DA EMPRESA:

LEIA TAMBÉM:

- Prefeito do interior do **Maranhão** usa dinheiro público e contrata hotel dos próprios pais por R\$ 125 mil

- FESTA COM CHAPÉU DOS OUTROS: Prefeito de Tuntum tenta ganhar mérito na entrega das casas construídas pelo INCRA

- TUNTUM: Vídeo de ônibus escolar transportando trabalhadores de empresa do lixo revela esquema de R\$ 3,1 milhões

**Site:** <https://www.domingoscosta.com.br/em-tuntum-prefeito-contrata-posto-de-combustivel-em-nome-da-irma-e-do-pai/>

# Ministério Público avança em investigação contra gestão Erlânio Xavier por suspeita de dano ao erário

*Yuri Almeida*

O **Ministério Público** do Maranhão vem avançando em um procedimento administrativo que apura possíveis irregularidades praticadas pela gestão Erlânio Xavier (PDT) em Igarapé Grande.

No alvo estão contratos de assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias para a realização de trabalhos técnicos ao município, celebrados na administração anterior do pedetista, em suposto desacordo com a legislação que rege a matéria. Há suspeita de dano ao erário.

As investigações preliminares foram abertas em 2017 por representação da PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça), e estão sendo conduzidas com maior celeridade pelo promotor Crystian Gonzalez Boucinhas, da Promotoria de Justiça de Igarapé Grande, que determinou o desmembramento do caso a partir de outra apuração mais ampla, envolvendo também o município de Bernardo do Mearim.

Uma série de diligências já foram adotadas no bojo do procedimento. Na mais recente, houve a remessa dos autos à Assessoria Técnica do **Ministério Público**, em São Luís, para a análise dos processos licitatórios do município de Igarapé Grande relacionados às investigações.

Para ter acesso à documentação, a Promotoria precisou requisitar por mais de uma vez os processos à prefeitura, sob o alerta de que o descumprimento poderia ensejar a prática de ato de **improbidade administrativa**, bem como de delito penal.

Procurado pelo ATUAL7, Erlânio Xavier não deu qualquer declaração a respeito do caso. Apenas enviou uma cópia de certidão eletrônica de nada consta emitida via site do **Ministério Público**. O documento mostra o resultado de uma pesquisa pelo CPF do gestor municipal nos registros eletrônicos referentes a procedimentos extrajudiciais em tramitação no órgão.

Contudo, conforme a própria certidão, o resultado da pesquisa leva em conta somente procedimentos

instaurados a partir de fevereiro de 2020, ou seja, três anos após a investigação sobre o caso já haver sido aberta pelo **Ministério Público**.

**Site:**

<https://atual7.com/noticias/politica/2021/11/ministerio-publico-avanca-em-investigacao-contra-gestao-erlanio-xavier-por-suspeita-de-dano-ao-erario/>

# MPMA quer providências para abrigar famílias atingidas por incêndio em São Luís

O **Ministério Público** do Maranhão pede que providências sejam tomadas para abrigar famílias que foram afetadas por incêndio debaixo da Ponte José Sarney, no bairro do São Francisco, na capital maranhense, no último dia 5 de novembro.

O órgão emitiu um requerimento, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, para a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) pedindo informações de forma imediata sobre a situação dessas pessoas.

No documento enviado à titular da Semcas, Rosângela Bertoldo, a promotora de justiça Márcia Lima Buhaten questionou se foi realizado o cadastramento de todas as famílias vitimadas no programa assistencial de moradia de aluguel social, bem como se foram adotados meios para a inclusão dessas famílias nos demais programas habitacionais e socioassistenciais, para lhes permitir viver em condições dignas de moradia.

A representante do **Ministério Público** também quer saber do Município de São Luís quais medidas serão tomadas para que o local não seja mais habitado, por se tratar de ambiente insalubre e inadequado para a moradia humana.

## **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Desde 2019, o **Ministério Público** ajuizou uma ação contra o Estado e o Município de São Luís para que sejam asseguradas moradias em programas habitacionais às famílias que vivem debaixo da Ponte José Sarney. A ação, que tramita na Vara de Interesses Difusos Coletivos, com o número 0812585-34.2019.8.10.0001, está concluída para a sentença desde o dia 15 de julho de 2021, conforme termo assinado pela secretaria da unidade judicial.

Na ACP, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais requereu também que fossem realizados, com a máxima prioridade os procedimentos administrativos específicos de identificação e cadastramento das famílias que habitam as moradias precárias.

À época do ajuizamento da ação, um laudo do Núcleo do Psicossocial do MP, após visita ao local, identificou

que residiam embaixo da Ponte José Sarney 27 famílias, vivendo em barracos improvisados, dotados de mínima infraestrutura, com aproximadamente 44 moradores. Destes, foram registradas 19 crianças, quatro adolescentes, 20 jovens e adultos e um idoso.

Fonte: **MPMA**

**Site:** <http://www.suacidade.com/noticias/sao-luis/mpma-quer-providencias-para-abrigar-familias-atingidas-por-incendio-em-sao-luis>

# MPMA quer medidas para abrigar famílias atingidas por incêndio em São Luís

O **Ministério Público** do Maranhão pede que providências sejam tomadas para abrigar famílias que foram afetadas por incêndio debaixo da Ponte José Sarney, no bairro do São Francisco, na capital maranhense, no último dia 5 de novembro.

O órgão emitiu um requerimento, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, para a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) pedindo informações de forma imediata sobre a situação dessas pessoas.

No documento enviado à titular da Semcas, Rosângela Bertoldo, a promotora de justiça Márcia Lima Buhaten questionou se foi realizado o cadastramento de todas as famílias vitimadas no programa assistencial de moradia de aluguel social, bem como se foram adotados meios para a inclusão dessas famílias nos demais programas habitacionais e socioassistenciais, para lhes permitir viver em condições dignas de moradia.

A representante do **Ministério Público** também quer saber do Município de São Luís quais medidas serão tomadas para que o local não seja mais habitado, por se tratar de ambiente insalubre e inadequado para a moradia humana.

## **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Desde 2019, o **Ministério Público** ajuizou uma ação contra o Estado e o Município de São Luís para que sejam asseguradas moradias em programas habitacionais às famílias que vivem debaixo da Ponte José Sarney. A ação, que tramita na Vara de Interesses Difusos Coletivos, com o número 0812585-34.2019.8.10.0001, está concluída para a sentença desde o dia 15 de julho de 2021, conforme termo assinado pela secretaria da unidade judicial.

Na ACP, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais requereu também que fossem realizados, com a máxima prioridade os procedimentos administrativos específicos de identificação e cadastramento das famílias que habitam as moradias precárias.

À época do ajuizamento da ação, um laudo do Núcleo do Psicossocial do MP, após visita ao local, identificou

que residiam embaixo da Ponte José Sarney 27 famílias, vivendo em barracos improvisados, dotados de mínima infraestrutura, com aproximadamente 44 moradores. Destes, foram registradas 19 crianças, quatro adolescentes, 20 jovens e adultos e um idoso.

Fonte: **MPMA**

**Site:** <http://www.suacidade.com/noticias/sao-luis/mpma-quer-medidas-para-abrigar-familias-atingidas-por-incendio-em-sao-luis>

# MP pede a Prefeitura providências sobre famílias que perderam casas no São Francisco

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, emitiu, no último dia 5 (sexta-feira), requerimento para a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) pedindo informações, de forma imediata, sobre as providências adotadas para abrigar todas as pessoas vitimadas pelo incêndio que atingiu os casebres das famílias que vivem embaixo da Ponte José Sarney, no bairro São Francisco.

Ocorrido na madrugada desse mesmo dia, o incêndio de grandes proporções atingiu diretamente cerca de 25 casebres dos mais de 60 que lá existem, conforme dados divulgados pela imprensa.

No documento enviado à titular da Semcas, Rosângela Bertoldo, a promotora de justiça Márcia Lima Buhaten questionou se foi realizado o cadastramento de todas as famílias vitimadas no programa assistencial de moradia de aluguel social, bem como se foram adotados meios para a inclusão dessas famílias nos demais programas habitacionais e socioassistenciais, para lhes permitir viver em condições dignas de moradia.

A representante do **Ministério Público** também quer saber do Município de São Luís quais medidas serão tomadas para que o local não seja mais habitado, por se tratar de ambiente insalubre e inadequado para a moradia humana.

## **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Desde 2019, o **Ministério Público** ajuizou uma ação contra o Estado e o Município de São Luís para que sejam asseguradas moradias em programas habitacionais às famílias que vivem debaixo da Ponte José Sarney. A ação, que tramita na Vara de Interesses Difusos Coletivos, com o número 0812585-34.2019.8.10.0001, está concluída para a sentença desde o dia 15 de julho de 2021, conforme termo assinado pela secretaria da unidade judicial.

Na ACP, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais requereu também que fossem realizados, com a máxima prioridade os

procedimentos administrativos específicos de identificação e cadastramento das famílias que habitam as moradias precárias.

À época do ajuizamento da ação, um laudo do Núcleo do Psicossocial do MP, após visita ao local, identificou que residiam embaixo da Ponte José Sarney 27 famílias, vivendo em barracos improvisados, dotados de mínima infraestrutura, com aproximadamente 44 moradores. Destes, foram registradas 19 crianças, quatro adolescentes, 20 jovens e adultos e um idoso.

**Site:** <https://portalguara.com/mp-pede-a-prefeitura-providencias-sobre-familias-que-perderam-casas-no-sao-francisco/>

# Felipe dos Pneus e seu possível crime de improbidade envolvendo mais de R\$ 5 milhões em Santa Inês

O **Ministério Público** do Maranhão através da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês (MA), abriu um inquérito civil contra o prefeito do município, Felipe dos Pneus (Republicanos), para investigar possíveis irregularidades na contratação da empresa M.R. S Souza - EPP, de Pindaré.

A investigação foi instaurada após o MP receber uma representação através de sua ouvidoria. Segundo a representação, foi relatada existência de 6 contratos entre a empresa a prefeitura de Santa Inês, todos na gestão de Felipe dos Pneus.

Ainda de acordo com a representação, todos os contratos têm o mesmo objetivo, aluguel de veículos e maquinas para prefeitura de Santa Inês. Juntos, o valor chega a R\$ 5.531.065,00.

Segundo o documento, foi apresentado a ocorrência de irregularidades na contratação da referida empresa, destacando-se informação quanto à sua sede, a qual sequer possui qualquer identificação.

Diante dos fatos apresentados, o MP abriu a investigação sobre os procedimentos licitatórios do Pregão Presencial nº 007/2021 e a Dispensa de Licitação nº 001/2021-CPL pelo Município de Santa Inês e pediu cópia integral dos referidos processos. Além disso, o MP pediu os processos de pagamento (ordem de serviço, nota de empenho, nota de liquidação, nota fiscal, comprovante de transferência bancária, entre outras.

Além de promover visita na sede da empresa, foram pedidos a documentação de aproximadamente de 15 carros, que seriam da empresa e estariam locados para a prefeitura de Santa Inês.

**Site:** <https://folhadomaranhao.com/2021/11/09/felipe-dos-pneus-e-seu-possivel-crime-de-improbidade-envolvendo-mais-de-r-5-milhoes-em-santa-ines/>



# MPMA pede abrigo para famílias atingidas por incêndio embaixo da Ponte José Sarney

*Posted By: expressowpadmin*

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**), através da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, emitiu um requerimento para a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) pedindo informações, de forma imediata, sobre as providências adotadas para abrigar as pessoas afetadas pelo incêndio que atingiu os casebres debaixo da Ponte José Sarney, no bairro São Francisco, em São Luís.

O incêndio aconteceu na madrugada da última sexta-feira (5) e atingiu cerca de 25 casebres dos 60 já instalados no local. No documento enviado a Semcas, foi questionado se foi realizado o cadastramento de todas as famílias vitimadas no programa assistencial de moradia de aluguel social, bem como se foram adotados meios para a inclusão dessas famílias nos demais programas habitacionais e socioassistenciais, para lhes permitir viver em condições dignas de moradia.

## **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Desde 2019, o **Ministério Público** ajuizou uma ação contra o Estado e o Município de São Luís para que sejam asseguradas moradias em programas habitacionais às famílias que vivem debaixo da Ponte José Sarney. A ação, que tramita na Vara de Interesses Difusos Coletivos, com o número 0812585-34.2019.8.10.0001, está conclusa para a sentença desde o dia 15 de julho de 2021, conforme termo assinado pela secretaria da unidade judicial.

Fonte:

**Site:** <https://expresso222.com.br/consorcio-nordeste/mpma-pede-abrigo-para-familias-atingidas-por-incendio-embaixo-da-ponte-jose-sarney/>



# Deputado investigado é flagrado em evento de Maranhãozinho

*Daniela Bandeira*

O deputado federal Júnior Lourenço (PL) foi encontrado por um Oficial de Justiça, após meses de busca. O oficial estava à procura do parlamentar para entregar uma intimação. Sabendo da presença deste no evento de pré-campanha de Josimar de Maranhãozinho (PL), no último sábado (06), em Itapecuru-Mirim, foi até lá levar o documento. Porém, o deputado se recusou a receber o papel.

Enquanto o oficial de justiça tenta entregar o documento, o deputado rescusa a entrega e se mostra indignado com a abordagem, em meio ao momento de confraternização.

Júnior Lourenço foi denunciado pelo **Ministério Público do Maranhão**, por **fraude em licitação**, peculato e organização criminosa. Os supostos crimes teriam ocorrido à época em que era prefeito de Miranda do Norte. O parlamentar, que responde a várias ações na Justiça, é a aliado forte de Josimar.

**Site:** <https://danielabandeira.com.br/2021/11/deputado-investigado-e-flagrado-em-evento-de-maranhaozinho/>

# MPMA requer providências para abrigar famílias alojadas debaixo da Ponte José Sarney

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, emitiu, no último dia 5 (sexta-feira), requerimento para a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) pedindo informações, de forma imediata, sobre as providências adotadas para abrigar todas as pessoas vitimadas pelo incêndio que atingiu os casebres das famílias que vivem embaixo da Ponte José Sarney, no bairro São Francisco.

Ocorrido na madrugada desse mesmo dia, o incêndio de grandes proporções atingiu diretamente cerca de 25 casebres dos mais de 60 que lá existem, conforme dados divulgados pela imprensa.

No documento enviado à titular da Semcas, Rosângela Bertoldo, a promotora de justiça Márcia Lima Buhaten questionou se foi realizado o cadastramento de todas as famílias vitimadas no programa assistencial de moradia de aluguel social, bem como se foram adotados meios para a inclusão dessas famílias nos demais programas habitacionais e socioassistenciais, para lhes permitir viver em condições dignas de moradia.

A representante do **Ministério Público** também quer saber do Município de São Luís quais medidas serão tomadas para que o local não seja mais habitado, por se tratar de ambiente insalubre e inadequado para a moradia humana.

## **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Desde 2019, o **Ministério Público** ajuizou uma ação contra o Estado e o Município de São Luís para que sejam asseguradas moradias em programas habitacionais às famílias que vivem debaixo da Ponte José Sarney. A ação, que tramita na Vara de Interesses Difusos Coletivos, com o número 0812585-34.2019.8.10.0001, está concluída para a sentença desde o dia 15 de julho de 2021, conforme termo assinado pela secretaria da unidade judicial.

Na ACP, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais requereu também que fossem realizados, com a máxima prioridade os

procedimentos administrativos específicos de identificação e cadastramento das famílias que habitam as moradias precárias.

À época do ajuizamento da ação, um laudo do Núcleo do Psicossocial do MP, após visita ao local, identificou que residiam embaixo da Ponte José Sarney 27 famílias, vivendo em barracos improvisados, dotados de mínima infraestrutura, com aproximadamente 44 moradores. Destes, foram registradas 19 crianças, quatro adolescentes, 20 jovens e adultos e um idoso.

**Site:** <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/09112021>

# MPMA requer providências para abrigar famílias alojadas debaixo da Ponte José Sarney

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, emitiu, no último dia 5 (sexta-feira), requerimento para a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) pedindo informações, de forma imediata, sobre as providências adotadas para abrigar todas as pessoas vitimadas pelo incêndio que atingiu os casebres das famílias que vivem embaixo da Ponte José Sarney, no bairro São Francisco.

Ocorrido na madrugada desse mesmo dia, o incêndio de grandes proporções atingiu diretamente cerca de 25 casebres dos mais de 60 que lá existem, conforme dados divulgados pela imprensa.

No documento enviado à titular da Semcas, Rosângela Bertoldo, a promotora de justiça Márcia Lima Buhaten questionou se foi realizado o cadastramento de todas as famílias vitimadas no programa assistencial de moradia de aluguel social, bem como se foram adotados meios para a inclusão dessas famílias nos demais programas habitacionais e socioassistenciais, para lhes permitir viver em condições dignas de moradia.

A representante do **Ministério Público** também quer saber do Município de São Luís quais medidas serão tomadas para que o local não seja mais habitado, por se tratar de ambiente insalubre e inadequado para a moradia humana.

## **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Desde 2019, o **Ministério Público** ajuizou uma ação contra o Estado e o Município de São Luís para que sejam asseguradas moradias em programas habitacionais às famílias que vivem debaixo da Ponte José Sarney. A ação, que tramita na Vara de Interesses Difusos Coletivos, com o número 0812585-34.2019.8.10.0001, está concluída para a sentença desde o dia 15 de julho de 2021, conforme termo assinado pela secretaria da unidade judicial.

Na ACP, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais requereu também que fossem realizados, com a máxima prioridade os

procedimentos administrativos específicos de identificação e cadastramento das famílias que habitam as moradias precárias.

À época do ajuizamento da ação, um laudo do Núcleo do Psicossocial do MP, após visita ao local, identificou que residiam embaixo da Ponte José Sarney 27 famílias, vivendo em barracos improvisados, dotados de mínima infraestrutura, com aproximadamente 44 moradores. Destes, foram registradas 19 crianças, quatro adolescentes, 20 jovens e adultos e um idoso.

### **Site:**

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.520.orig.pdf>

# MPMA requer providências para abrigar famílias alojadas debaixo da Ponte José Sarney

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, emitiu, no último dia 5 (sexta-feira), requerimento para a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) pedindo informações, de forma imediata, sobre as providências adotadas para abrigar todas as pessoas vitimadas pelo incêndio que atingiu os casebres das famílias que vivem embaixo da Ponte José Sarney, no bairro São Francisco.

Ocorrido na madrugada desse mesmo dia, o incêndio de grandes proporções atingiu diretamente cerca de 25 casebres dos mais de 60 que lá existem, conforme dados divulgados pela imprensa.

No documento enviado à titular da Semcas, Rosângela Bertoldo, a promotora de justiça Márcia Lima Buhaten questionou se foi realizado o cadastramento de todas as famílias vitimadas no programa assistencial de moradia de aluguel social, bem como se foram adotados meios para a inclusão dessas famílias nos demais programas habitacionais e socioassistenciais, para lhes permitir viver em condições dignas de moradia.

A representante do **Ministério Público** também quer saber do Município de São Luís quais medidas serão tomadas para que o local não seja mais habitado, por se tratar de ambiente insalubre e inadequado para a moradia humana.

## **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Desde 2019, o **Ministério Público** ajuizou uma ação contra o Estado e o Município de São Luís para que sejam asseguradas moradias em programas habitacionais às famílias que vivem debaixo da Ponte José Sarney. A ação, que tramita na Vara de Interesses Difusos Coletivos, com o número 0812585-34.2019.8.10.0001, está concluída para a sentença desde o dia 15 de julho de 2021, conforme termo assinado pela secretaria da unidade judicial.

Na ACP, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais requereu também que fossem realizados, com a máxima prioridade os

procedimentos administrativos específicos de identificação e cadastramento das famílias que habitam as moradias precárias.

À época do ajuizamento da ação, um laudo do Núcleo do Psicossocial do MP, após visita ao local, identificou que residiam embaixo da Ponte José Sarney 27 famílias, vivendo em barracos improvisados, dotados de mínima infraestrutura, com aproximadamente 44 moradores. Destes, foram registradas 19 crianças, quatro adolescentes, 20 jovens e adultos e um idoso.

**Site:** <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/09112021>

# Sancionada lei que institui Semana dos Direitos Humanos nas escolas

SÃO LUÍS - Foi sancionada pelo governador Flávio Dino (PSB) a Lei nº 11.579/2021, derivada do Projeto de Lei 395/2021, de autoria do deputado Rafael (PDT), que institui a Semana dos **Direitos Humanos** nas escolas do Maranhão. As atividades em celebração à data deverão ocorrer no mês de outubro, anualmente, com ponto alto da programação no dia 5.

A Semana dos **Direitos Humanos** compreende ações culturais voltadas à participação da comunidade escolar e externa, no intuito de conscientizá-las acerca da importância da temática. Fica a critério de cada unidade de ensino definir quais atividades serão desenvolvidas.

A lei prevê que alunos que se engajarem nessas atividades poderão ser agraciados com gratificações acadêmicas ou materiais, também concedidas a critério de cada escola. Define, ainda, o uso das cores verde e amarelo como símbolos da data comemorativa.

**Site:** <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/11/09/sancionada-lei-que-institui-semana-dos-direitos-humanos-nas-escolas.shtml>

# Sancionada lei que institui Semana dos Direitos Humanos nas escolas

Foi sancionada pelo governador Flávio Dino (PSB) a Lei nº 11.579/2021, oriunda do Projeto de Lei 395/2021, de autoria do deputado Rafael (PDT), que institui a Semana dos **Direitos Humanos** nas escolas do Maranhão. As atividades em celebração à data deverão ocorrer no mês de outubro, anualmente, com ponto alto da programação no dia 5.

A Semana dos **Direitos Humanos** compreende ações culturais voltadas à participação da comunidade escolar e externa, no intuito de conscientizá-las acerca da importância da temática. Fica a critério de cada unidade de ensino definir quais atividades serão desenvolvidas.

A lei prevê que alunos que se engajarem nessas atividades poderão ser agraciados com gratificações acadêmicas ou materiais, também concedidas a critério de cada escola. Define, ainda, o uso das cores verde e amarelo como símbolos da data comemorativa.

**Site:** <https://omaranhense.com/sancionada-lei-que-institui-semana-dos-direitos-humanos-nas-escolas/>

# MP pede a Prefeitura providências sobre famílias que perderam casas no São Francisco

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, emitiu, no último dia 5 (sexta-feira), requerimento para a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) pedindo informações, de forma imediata, sobre as providências adotadas para abrigar todas as pessoas vitimadas pelo incêndio que atingiu os casebres das famílias que vivem embaixo da Ponte José Sarney, no bairro São Francisco.

Ocorrido na madrugada desse mesmo dia, o incêndio de grandes proporções atingiu diretamente cerca de 25 casebres dos mais de 60 que lá existem, conforme dados divulgados pela imprensa.

No documento enviado à titular da Semcas, Rosângela Bertoldo, a promotora de justiça Márcia Lima Buhaten questionou se foi realizado o cadastramento de todas as famílias vitimadas no programa assistencial de moradia de aluguel social, bem como se foram adotados meios para a inclusão dessas famílias nos demais programas habitacionais e socioassistenciais, para lhes permitir viver em condições dignas de moradia.

A representante do **Ministério Público** também quer saber do Município de São Luís quais medidas serão tomadas para que o local não seja mais habitado, por se tratar de ambiente insalubre e inadequado para a moradia humana.

## **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Desde 2019, o **Ministério Público** ajuizou uma ação contra o Estado e o Município de São Luís para que sejam asseguradas moradias em programas habitacionais às famílias que vivem debaixo da Ponte José Sarney. A ação, que tramita na Vara de Interesses Difusos Coletivos, com o número 0812585-34.2019.8.10.0001, está concluída para a sentença desde o dia 15 de julho de 2021, conforme termo assinado pela secretaria da unidade judicial.

Na ACP, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais requereu também que fossem realizados, com a máxima prioridade os

procedimentos administrativos específicos de identificação e cadastramento das famílias que habitam as moradias precárias.

À época do ajuizamento da ação, um laudo do Núcleo do Psicossocial do MP, após visita ao local, identificou que residiam embaixo da Ponte José Sarney 27 famílias, vivendo em barracos improvisados, dotados de mínima infraestrutura, com aproximadamente 44 moradores. Destes, foram registradas 19 crianças, quatro adolescentes, 20 jovens e adultos e um idoso.

**Site:** <https://portalguara.com/mp-pede-a-prefeitura-providencias-sobre-familias-que-perderam-casas-no-sao-francisco/>

# MP-MA requer providências para abrigar famílias alojadas debaixo da Ponte José Sarney

O **Ministério Público** do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís, emitiu, no último dia 5 (sexta-feira), requerimento para a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) pedindo informações, de forma imediata, sobre as providências adotadas para abrigar todas as pessoas vitimadas pelo incêndio que atingiu os casebres das famílias que vivem embaixo da Ponte José Sarney, no Bairro do São Francisco.

Acontecido na madrugada desse mesmo dia, o incêndio de grandes proporções atingiu diretamente cerca de 25 casebres dos mais de 60 que lá existem, conforme dados divulgados pela imprensa.

No documento enviado à titular da Semcas, Rosângela Bertoldo, a promotora de Justiça Márcia Lima Buhaten questionou se foi realizado o cadastramento de todas as famílias vitimadas no programa assistencial de moradia de aluguel social, bem como se foram adotados meios para a inclusão dessas famílias nos demais programas habitacionais e socioassistenciais, para lhes permitir viver em condições dignas de moradia.

A representante do **Ministério Público** também quer saber do município de São Luís quais medidas serão tomadas para que o local não seja mais habitado, por se tratar de ambiente insalubre e inadequado para a moradia humana.

## **Ação Civil Pública**

Desde 2019, o **Ministério Público** ajuizou uma ação contra o Estado e o município de São Luís para que sejam asseguradas moradias em programas habitacionais às famílias que vivem debaixo da Ponte José Sarney. A ação, que tramita na Vara de Interesses Difusos Coletivos, com o número 0812585-34.2019.8.10.0001, está concluída para a sentença desde o dia 15 de julho de 2021, conforme termo assinado pela secretaria da unidade judicial.

Na ACP, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais requereu também que fossem realizados, com a máxima prioridade, os

procedimentos administrativos específicos de identificação e cadastramento das famílias que habitam as moradias precárias.

À época do ajuizamento da ação, um laudo do Núcleo do Psicossocial do MP, após visita ao local, identificou que residiam, embaixo da Ponte José Sarney, 27 famílias, vivendo em barracos improvisados, dotados de mínima infraestrutura, com, aproximadamente, 44 moradores. Destes, foram registradas 19 crianças, quatro adolescentes, 20 jovens e adultos e um idoso.

(Informações do **MP-MA**)

**Site:** <http://www.blogdomarcial.com/2021/11/mp-ma-requer-providencias-para-abrigar.html>



# Júnior Lourenço é achado por oficial de Justiça em evento de Josimar de Maranhãozinho

*Matias Marinho*

Uma cena inusitada foi registrada no último sábado (06) em Itapecuru-Mirim, durante o ato de pré-campanha do deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL).

Após meses de busca, um Oficial de Justiça conseguiu finalmente encontrar o deputado federal Júnior Lourenço (PL) para entregar a ele uma intimação.

Entretanto, apesar da saga para encontrar o parlamentar, Lourenço recusou-se a receber a intimação. Veja no vídeo acima.

Aliado de primeira hora de Josimar, Júnior Lourenço responde a várias ações na Justiça. Pelo período no qual foi prefeito de Miranda do Norte, o parlamentar foi denunciado pelo **Ministério Público** do **Maranhão** por **fraude em licitação**, peculato e organização criminosa.

**Site:** <http://matiasmarinho.com.br/junior-lourenco-e-achado-por-oficial-de-justica-em-evento-de-josimar-de-maranhaozinho/>

# Contratos de R\$ 5,5 milhões da gestão de Felipe dos Pneus na mira do Ministério Público

O prefeito de Santa Inês, Felipe dos Pneus, está no centro de uma investigação instaurada no âmbito do **Ministério Público** por fortes indícios de irregularidades em contratos milionários de locação de veículos.

O inquérito está sob a coordenação da titular da 1ª Promotoria de Justiça de Santa Inês, Larissa Sócrates de Bastos.

Segundo as informações, a gestão de Felipe dos Pneus destinou seis contratos para a empresa M.R. S SOUZA - EPP, mais conhecida como Solução Empreendimentos, por meio de procedimentos licitatórios Pregão Presencial nº 007/2021 e Dispensa de Licitação nº 001/2021-CPL-SI. Todos para locação de veículos e firmados em 2021 com valor total de R\$ 5.531.065,00 milhões.

Larissa Bastos destacou que foi protocolada uma Representação na Ouvidoria do **Ministério Público** relatando a ocorrência de irregularidades na contratação da empresa, pois a sua sede não possui qualquer identificação.

Com base nos dados, a promotora de Justiça determinou a instauração de um Inquérito Civil contra o prefeito visando averiguar possíveis atos de **improbidade administrativa** quando da realização dos procedimentos licitatórios.

Como parte das diligências, Bastos solicitou que o presidente da Comissão Permanente de Licitação encaminhe e 10 dias a cópia integral, por meio de mídia, dos procedimentos licitatórios referentes ao Pregão Presencial nº 007/2021 e à Dispensa de Licitação nº 001/2021-CPL-SI, bem como de todos os processos de pagamento (ordem de serviço, nota de empenho, nota de liquidação, nota fiscal, comprovante de transferência bancária, etc.) decorrentes dos Contratos celebrados.

A promotora pediu ainda o envio de ofício ao Departamento de Trânsito do Estado do Maranhão a fim de que encaminhe o relatório contendo as informações acerca dos veículos registrados em nome da Prefeitura de Santa Inês.

Além disso, foi requerido a Felipe dos Pneus que encaminhe dados sobre a portaria de nomeação, termo de posse ou contrato celebrado com Talihina Rodrigues de Carvalho, Secretária Municipal de Administração; Fagner Gomes do Nascimento, Secretário Municipal de Educação; Maria Rita Bacelar Limeira, Secretária Municipal de Saúde; Larissa Cristinny Catarino Ribeiro, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, e Liliane Gatinho Viana, Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal.

O prefeito terá que enviar ainda a cópia dos atos normativos que estabelecem as atribuições da Chefe de Gabinete e dos Secretários Municipais, sobretudo quanto à possibilidade de celebrar contratos administrativos como representantes do Município de Santa Inês e a listagem contendo cada um dos veículos oficiais e dos locados da Solução Empreendimentos.

A representante ministerial solicitou também a expedição de ordem de serviço ao Setor de Execução de Mandados a fim de que promova, no prazo de 03 dias úteis, vistoria in loco na sede da Solução Empreendimentos localizada na Travessa Leopoldina, nº 18, Alto do Bode, Pindaré-Mirim/MA, visando identificar se no local funciona a empresa, especificando, ainda, se o imóvel possui capacidade física para abrigar veículos como ônibus, caminhão baú, picapes, veículos de passeio (5 portas), pá carregadeira, retroescavadeira e coletores de resíduos sólidos com compactação traseira.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

**Site:**

<https://www.netoferreira.com.br/poder/2021/11/contratos-de-r-55-milhoes-da-gestao-de-felipe-dos-pneus-na-mira-do-ministerio-publico/>

# Júnior Lourenço recebe intimação de Oficial de Justiça durante evento de Josimar de Maranhãozinho

*Janilson Silva*

O Deputado Federal Júnior Lourenço (PL) foi abordado neste sábado (06) por um Oficial de Justiça que lhe entregou uma intimação durante um evento de pré-campanha de Josimar de Maranhãozinho (PL).

O evento aconteceu no município de Itapecuru-Mirim e conforme relatos, o deputado Júnior Lourenço se recusou a receber a intimação.

Veja o vídeo:

O vídeo é curto mais acaba sendo uma cena inusitada. O oficial de Justiça estava há meses a procura do deputado federal para responder a várias ações na Justiça. Pelo período no qual foi prefeito de Miranda do Norte, o parlamentar foi denunciado pelo **Ministério Público do Maranhão** por **fraude em licitação**, peculato e organização criminosa.

**Site:** <https://ocuboblog.com/2021/11/09/junior-lourenco-recebe-intimacao-de-oficial-de-justica-durante-evento-de-josimar-de-maranhaozinho/>